



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Fornecimento de barreiras protetora em acrílico para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESC, situado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, conforme especificações e projeto anexo.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

As barreiras protetoras em acrílico serão adotadas pela Justiça Eleitoral catarinense como mais uma camada de proteção a eleitores e servidores, quando do retorno ao atendimento presencial pelos cartórios eleitorais, em complementação à utilização de outras medidas de segurança, como máscaras, *face-shields*, luvas e disponibilização de álcool em gel. A expectativa é que tais barreiras ampliem o distanciamento físico entre eleitores e atendentes, minimizando os riscos de contágio do vírus da COVID-19.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

O projeto da barreira protetora foi desenvolvido a partir de um protótipo testado nos Cartórios Eleitorais da Capital, de forma a proporcionar o adequado atendimento biométrico dos eleitores. Espera-se que estas barreiras protetoras possam garantir uma nova camada de proteção e servir de elemento de distanciamento entre atendentes e eleitores, reduzindo a possibilidade de contágio pelo COVID-19.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Os materiais descritos neste Estudo Preliminar estão previstos no item 27 – Materiais de Expediente – OE4, do Plano de Aquisições 2021 – Anexo I.

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado Estudo Técnico Preliminar, disponível no PAE n. 35.119/2021.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Barreiras protetoras em acrílico	575 unidades	575 unidades

#### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Barreira protetora em acrílico transparente, espessura de 3 mm (três milímetros), com as seguintes características (conforme projeto):



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Características
1	Dimensão total de 900 x 650 mm (comprimento x altura).
2	Abertura central de dimensões iguais a 500 x 160 mm (comprimento x altura).
3	Abas dobradas laterais para aumento da rigidez da peça e abas inferiores para fixação na base, de dimensões iguais a 200 x 50 mm (comprimento x largura).
4	Colagem por meio de duas fiadas de fita dupla face de fixação extrema. Referência: Fita Fixa Forte Fixação Extrema, 25 mm x 2 m, da Scotch 3M.

O material deverá dispor de garantia de no mínimo 3 (três) meses para defeitos de fabricação.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Recomenda-se que esta contratação seja licitada e adjudicada globalmente, para que seja mantido o padrão das barreiras protetoras de acrílico em todos os cartórios eleitorais.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer os materiais nas condições estipuladas pelo TRESC.

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e  
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Considerando que se trata de bem comum, sugere-se que a contratação seja realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.12. Impacto Ambiental**

O acrílico é um material totalmente reciclável. Quando houver alguma quebra das barreiras protetoras, as mesmas devem ser encaminhadas para a reciclagem, para reaproveitamento do acrílico.

### **2.13. Conformidade Técnica**

O material deve ser produzido em conformidade com as orientações dos fabricantes das placas em acrílico e legislações vigentes, no que couber.

### **2.14. Obrigações da Proponente**

- 2.14.1. Fornecer todas as especificações necessárias à análise das propostas conforme requisitos técnicos e entregar amostra dos produtos, caso solicitado;
- 2.14.2. Apresentar valores na proposta por unidade.

### **2.15. Obrigações da Contratante**

- 2.15.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.15.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através da Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou sua substituta, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.5. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1. Entregar os produtos conforme condições estipuladas no Projeto Básico e com o projeto disponibilizado pela SEA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.
- 2.16.2. Substituir o produto no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;
  - 2.16.2.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
  - 2.16.2.2. Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.16.3. Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.17. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1. Requisitos Técnicos**

Os produtos devem atender aos requisitos técnicos definidos no item 2.7 deste Projeto Básico / Termo de Referência.

#### **3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência**

Não se aplica a esta contratação.

#### **3.1.2. Códigos SIASG**

150482

#### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura do contrato até o recebimento definitivo dos produtos.

### **3.2. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 20 de setembro de 2021.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

##### 1.1.1 Seção de Engenharia e Arquitetura

- Esclarecer dúvidas da Contratada quanto a questões afetas ao projeto.
- Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação.
- Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade.
- Receber os produtos, conferindo as especificações descritas no Contrato. Se constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando com todas as despesas.

##### 1.1.2 Contratada

- Entregar os produtos de acordo com as especificações.
- Quando necessário, esclarecer dúvidas sobre o projeto com a Seção de Engenharia e Arquitetura pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O prazo de entrega será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do empenho/contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

#### 1.4. Prazo de Garantia

A garantia dos produtos deverá ser de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/CIS/TRESC, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br), em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado:
- b) O recebimento definitivo dar-se-á, somente após o saneamento de todas as irregularidades eventualmente apontadas no termo de recebimento provisório, em até:
  - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

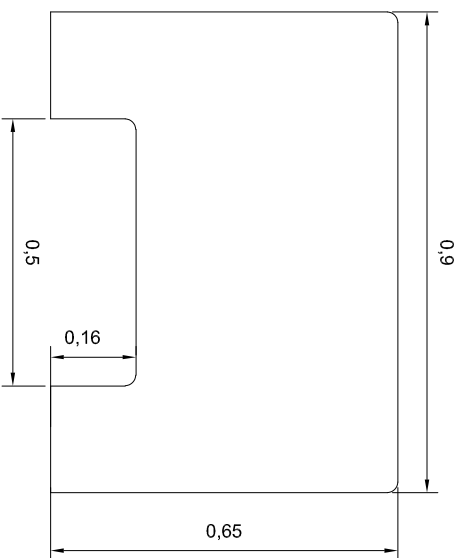
Para os fins do contido na letra "h" do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

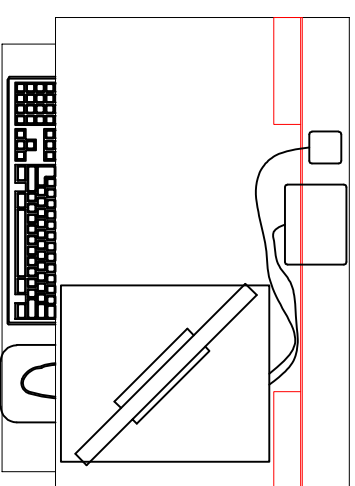
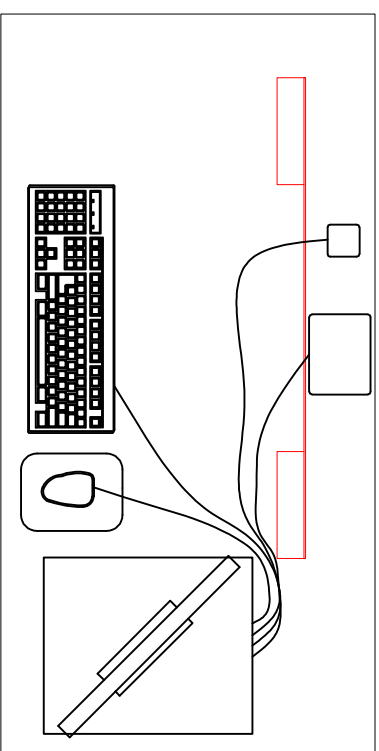
São de competência do Presidente do TRESA as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.



1 VISTA FRONTAL

ESCALA: 1:10



2 VISTA SUPERIOR

ESCALA: 1:10

OBSERVAÇÕES:

- Protetor de acrílico, espessura 3 mm, com abas dobradas e cantos arredondados;
- As abas deverão ser executadas com dobras, não serão aceitos painéis colados;
- A fixação sobre a mesa deverá ser por fita dupla face.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



ESTUDO:

ACRÍLICO PARA ATENDIMENTO

LOCAL:

CARTÓRIOS ELEITORAIS TRE-SC

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

Palmyra Farinazzo Reis Repette

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

Natália Pigatto Silveira

PROPRIETÁRIO:

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina  
CNPJ: 05.958.851/0001-93

DESENHO:

Natália

ESCALA:

INDICADA

PRONCHIA:

01/01

DATA:

13.09.2021

REVISÃO:

00

ARQUIVO:

PROTECTOR DE ACRILICO

3

PERSPECTIVA

SEM ESCALA

